



PROCESSO : 2020 390998 0000038
UNIDADE GESTORA : 390998 – Tesouro Financeiro do Estado
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2019
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 035/2020/PCA/CGE
SGD Nº 2020 09049 001244

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa nº 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO procedemos à análise da Prestação de Contas Anual do **Tesouro Estadual**, vinculado à **Secretaria da Fazenda e Planejamento** nos termos do inciso XII, artigo 3º da Lei Estadual nº 2.735/2013 e do Decreto Estadual nº 6.037/2020.

1. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Examinando o processo de Prestação de Contas Anual, do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, do Tesouro Estadual, verificou-se que o mesmo está constituído com as peças previstas no art. 10 da Instrução Normativa TCE nº 006/2003, tendo sido protocolado na Controladoria-Geral do Estado no dia 10 de fevereiro de 2020, fora do prazo que determina o inciso II, art. 4º do Decreto nº 6.037, de 28 de janeiro de 2020.

2. DA ANÁLISE CONTÁBIL

2.1 Do Responsável

a) O Departamento de Contabilidade no exercício de 2019 estava sob a responsabilidade da servidora **Aline Rodrigues Alves** – Contadora.

b) A contadora que assinou os demonstrativos contábeis apresentou a regularidade de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/TO nº 001830/O, conforme certidão, fls. 19.



2.2 Das Demonstrações Contábeis de Natureza Orçamentária, Financeira e Patrimonial

As informações a seguir foram obtidas a partir dos Demonstrativos Contábeis de fls. 25 a 120, relativos ao exercício de 2019, tendo sua confiabilidade verificada junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (SiafeTO).

2.2.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que tem a finalidade de evidenciar as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

2.2.1.1 Receita Arrecadada

a) Houve arrecadação no valor de R\$ 6.133.972.573,74 (seis bilhões, cento e trinta e três milhões, novecentos e setenta e dois mil, quinhentos e setenta e três reais e setenta e quatro centavos), referente à Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, Receitas Patrimoniais, Receitas de Serviços, Transferências Correntes, Outras Receitas Correntes e Alienação de Bens, conforme demonstrado no Anexo 10, às fls. 29 a 37.

b) A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um bom nível de execução, com percentual médio de 100,47%, acima do previsto, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas correntes	6.105.503.884,23	6.131.310.934,19	100,42
Receitas de capital	0,00	2.661.639,55	0,00
TOTAL	6.105.503.884,23	6.133.972.573,74	100,47

FONTE: SiafeTO anexo 10 sem Fonte por UG

FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
100 - Recursos Ordinários	5.965.657.965,00	5.975.161.072,07	100,16
103 - Contrapartidas	0,00	770,79	0,00
217 - Cota-parte - Recursos Hídricos	0,00	48.530,84	0,00
219 - Operações de Crédito	0,00	1.840.528,77	0,00
220 - Operações de Crédito Externas	0,00	95,81	0,00
226 - Alienação de Bens	0,00	2.916.386,84	0,00
235 - Compensações Financeiras	0,00	13.710.230,17	0,00
240 – Recursos Próprios	0,00	449.039,22	0,00
TOTAL	5.965.657.965,00	5.994.126.654,51	100,47

FONTE: SiafeTO Anexo 10 por UG (Fonte)



2.2.1.2 Despesa Executada

A Unidade Gestora Tesouro Estadual não se trata de órgão executor de despesa, como se vê no Comparativo da Despesa, Orçada, Autorizada e Realizada, às fls. 27.

2.2.1.3 Despesas de Exercícios Anteriores

Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) referem-se às dívidas reconhecidas para as quais não existe empenho inscrito em Restos a Pagar, seja pela sua anulação ou pela não emissão da nota de empenho no momento oportuno. Originam-se, assim, de compromissos gerados em exercício financeiro anterior àquele em que deva ocorrer o pagamento, para o qual o orçamento continha crédito próprio, com suficiente saldo orçamentário, mas que não tenham sido processados naquele momento.

Como se vê no comparativo da despesa, orçada, autorizada e realizada, às fls. 27, não houve registro de Despesas de Exercícios Anteriores realizada até 31/12/2019.

2.2.1.4 Das Alterações do Orçamento Inicial

A Unidade Gestora Tesouro Estadual não executa despesas orçamentaria, como se vê no Comparativo da Despesa, Orçada, Autorizada e Realizada, às fls. 27.

Não há orçamento inicial do Tesouro Estadual, tendo em vista que a Unidade Gestora é responsável somente por gerenciar os recursos financeiros do Estado.

2.2.1.5 Do Déficit/Superávit Orçamentário

O Balanço Orçamentário, às fls. 53 e 54, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta superávit de R\$ 6.133.972.573,74 (seis bilhões, cento e trinta e três milhões, novecentos e setenta e dois mil, quinhentos e setenta e três reais e setenta e quatro centavos), demonstrando situação favorável na gestão orçamentária. Considerando as Transferências Financeiras Recebidas para execução orçamentária (Cotas) e Transferências Financeiras Concedidas para a execução orçamentária, temos um Superávit efetivo de R\$ 669.164.310,73 (seiscentos e sessenta e nove milhões, cento e sessenta e quatro mil, trezentos e dez reais e setenta e três centavos), representando 10,91% da execução da receita, conforme tabela abaixo:

Receitas Realizadas	6.133.972.573,74
Despesas Executadas	0,00
Superávit	6.133.972.573,74
Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária	349.977.984,15
Transferências Financeiras Concedidas para Execução Orçamentária	-5.814.786.247,16
Resultado das Transferências	-5.464.808.263,01
Superávit	6.133.972.573,74
Superávit Efetivo	669.164.310,73



2.2.2 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.

2.2.2.2 Ingressos e Dispêndios

A receita orçamentária no período, no valor de R\$ 6.133.972.573,74 (seis bilhões, cento e trinta e três milhões, novecentos e setenta e dois mil, quinhentos e setenta e três reais e setenta e quatro centavos), somado às transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 521.809.215,96, os recebimentos extraorçamentários no valor de R\$ 9.140.023.479,01 e ao saldo do exercício anterior, no valor de R\$ 158.153.237,96, não registrou despesas orçamentárias, sendo constituído as transferências financeiras concedidas no montante de R\$ 6.185.616.044,85, os pagamentos extraorçamentários no valor de R\$ 9.036.601.418,09, restando saldo de R\$ 731.741.043,73 para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 58 a 61.

2.2.3 Balanço Patrimonial

a) O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

b) O Balanço Patrimonial, às fls. 64 e 65, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

I) O Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante em 13,06%, indicando que o órgão possui recursos para pagar as dívidas de curto prazo;

II) O resultado da comparação do Ativo Não Circulante, composto pelo Ativo Realizável a Longo Prazo, com o Passivo Não Circulante, representado por Demais Obrigações a Longo Prazo, revela que o valor dos compromissos de longo prazo é menor que o Ativo Não Circulante ou de baixo valor.

III) O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um superávit financeiro de R\$ 288.673.004,02, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de R\$ 831.608.981,76, com o Passivo Financeiro no valor de R\$ 542.935.977,74, conforme fl. 66 e 68.

IV) Não houve registro de saldo de bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, visto que a Unidade Gestora em análise não é um órgão da estrutura



da administração, conforme justificado à fl. 124, onde o Tesouro Estadual é uma unidade contábil, vinculada a Secretaria da Fazenda e Planejamento, conforme justificado às fls. 136

V) Não consta registro de saldo na conta contábil “Estoques”, fl. 64, onde a Unidade Gestora em análise não é um órgão da estrutura da administração, conforme justificado à fl. 124.

VI) A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, à fl. 64, registra saldo no valor total de R\$ 717.488.165,56 (setecentos e dezessete milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, cento e sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), às fls. 61, no entanto, consta conciliação bancária, às fls. 126 e 644.

VII) As contas do Passivo Circulante, fl. 65, totalizam um saldo de R\$ 743.215.294,42 (setecentos e quarenta e três milhões, duzentos e quinze mil, duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e dois centavos) correspondentes a Obrigações de Repartição a Outros Entes e Demais Obrigações a Curto Prazo.

2.2.3.1 Passivo Permanente

a) Verifica-se que a Unidade Gestora apresenta no Balanço Patrimonial, no Quadro Dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanente, às fls. 66, um saldo no exercício de R\$ 290.049.649,46 (duzentos e noventa milhões, quarenta e nove mil, seiscentos e quarenta e nove reais e quarenta e seis centavos), no Passivo Permanente, referentes a Adiantamentos de Exploração da Folha de Pagamento, Duodécimo e Cota Financeira a Transferir e Adiantamento Exploração da Folha de Pagamento.

b) Não houve registro de Dívida Fundada Interna e Externa (para fins de Resultado Primário), conforme justificado às fls. 74.

c) No exercício anterior, houve um saldo na conta de Passivo Permanente no valor de R\$ 1.924.453.012,85 (um bilhão, novecentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, doze reais e oitenta e cinco centavos) e fazendo um comparativo com o saldo do exercício de 2019, percebe-se que houve uma diminuição desses passivos.

2.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de R\$ 11.945.562.531,70 (onze bilhões, novecentos e quarenta e cinco milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, quinhentos e trinta e um reais e setenta centavos) e Variação Patrimonial Diminutiva de R\$ 9.674.116.580,80 (nove bilhões, seiscentos e setenta e quatro milhões, cento e dezesseis mil, quinhentos e oitenta reais e oitenta centavos), demonstrando resultado patrimonial positivo do período, no montante de R\$ 2.271.445.950,90 (dois bilhões, duzentos e setenta e um milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e cinquenta reais e noventa centavos), conforme demonstrado às fls. 70 e 72.



2.2.5 Demonstração de Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido no valor de R\$ 573.587.805,77 (quinhentos e setenta e três milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, oitocentos e cinco reais e setenta e sete centavos), à fl. 80.

A Demonstração do Fluxo de Caixa apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no valor de R\$ 573.587.805,77 (quinhentos e setenta e três milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, oitocentos e cinco reais e setenta e sete centavos) que somada ao Caixa e Equivalente de Caixa inicial no valor de R\$ 158.153.237,96 (cento e cinquenta e oito milhões, cento e cinquenta e três mil, duzentos e trinta e sete reais e noventa e seis centavos) resultou num saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final de R\$ 731.741.043,73 (setecentos e trinta e um milhões, setecentos e quarenta e um mil, quarenta e três reais e setenta e três centavos).

2.2.6 Restos a Pagar

a) Não houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício, conforme demonstrado no Balanço Financeiro às fls. 58.

b) Não registra montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, conforme demonstrado às fls. 55

c) Não registra montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, conforme demonstrado às fls. 56.

3. TRANSFERÊNCIAS E RECEBIMENTOS DE RECURSOS POR FONTE MEDIANTE CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES, TERMOS DE PARCERIA OU OUTRO INSTRUMENTOS CONGÊNERES

No que concerne a Unidade Gestora do Tesouro Estadual não houve recebimento de recursos de convênio da União, conforme demonstrado no anexo 10, fls. 39 a 43, assim como não houve recursos concedidos aos municípios e entidades sem fins lucrativos, conforme demonstrado anexo 2, fls. 27.

4. CUMPRIMENTO, PELO TESOUREIRO, DAS DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO EXERCÍCIO EM REFERÊNCIA

Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e o Tribunal de Contas da União, não realizaram Auditoria de Regularidade no Tesouro Estadual, no exercício em análise, conforme informado às fls. 655.



5. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

a) Com referência à força de trabalho, como demonstrado, às fls. 645, a Unidade Gestora do Tesouro Estadual se utiliza do quadro de pessoal da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

b) Infere-se ainda que os servidores responsáveis Unidade Gestora do Tesouro Estadual, estão quites com a apresentação da Declaração de Bens e Renda, conforme declaração emitida pela Superintendente de Administração e Finanças, às fls. 645.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Sandro Henrique Armando, Dilma Caldeira de Moura e outros** relacionados neste processo, às fls. 08.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, em Palmas, aos 27 dias do mês de fevereiro de 2020.

Assinado eletronicamente

Lorranne Noleto Isidoro
Analista/Supervisor

Assinado eletronicamente

Anne Carlos da Silva
Analista/Contador

Assinado eletronicamente

Wellington Júnior Silveira
Gerente de Auditoria em Governança e Gestão Administrativa

Assinado eletronicamente

Eva Moreira Martins Santos
Diretora de Auditoria e Fiscalização

Assinado eletronicamente

Kilvania Rodrigues de Melo Miranda
Diretora de Controle da Gestão
Governamental e Prevenção à Corrupção

I – De acordo;

II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise e emissão do competente Parecer de Auditoria.

Em 27/02/2020.

Assinado eletronicamente

Benedito Martiniano da Costa Neto
Superintendente